

# A presença de Portugal na Amazónia

POR

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

---

Os portugueses, na sua obra de ampliação da fronteira que se estendia ao longo da costa leste-oeste do Brasil norte, ao defrontarem-se com o Amazonas, no delta, encontraram-no em estado de natureza, inclusive no que diz respeito aos seus ocupantes.

A natureza pareceu-lhes a mais opulenta de quantas haviam, até então, descoberto e possuído. Os cronistas desses dias iniciais são unânimes na confissão do extasiamento ante o que lhes surgia aos olhos. E, no entanto, já em outras partes de seu opulento e vasto ultramar, quantos mundos de selvas e de águas copiosas não se lhes deparara. Nenhum, é certo, apresentava, porém, a opulência, a majestade, a grandeza, a extensão daquelas terras humedecidas pela bacia hidrográfica do Amazonas.

No tocante aos que a ocupavam, compunham a mesma multidão primitiva, a que já estavam habituados, no contacto e na intensidade por que com eles conviviam no nordeste e na área sul do Brasil. Não lhes constituíam, portanto, uma surpresa. O que lhes parecera, no primeiro momento, especial, novo, era a quantidade. Verdadeiras multidões, que, pelos anos adiante, religiosos e civis que os despreveram, à medida que penetravam a região, indicavam por centenas de milhares, num exagero evidente, mas que reflectia a imensidade de gente nativa que se espalhava nos aldeamentos, montados ao longo da calha central do rio principal e de seus afluentes maiores e menores.

Terra e homem, portanto, eram alguma coisa em ser, que os portugueses deviam utilizar, amoldando-os à sua vontade, às suas decisões, às suas fórmulas de vida como vinham fazendo em outras partes dos espaços que revelaram à Europa. Seria isso possível? A experiência que possuíam dos espaços tropicais seria suficiente? Os contactos havidos na África, no Brasil, no Oriente, com povos e natureza física exó-

tica não lhes assegurariam os títulos essenciais para êxito seguro e certo?

O ambiente amazónico era diferente. Exigia uma tenacidade, uma decisão, um comportamento todo especial. Pioneiros concorrentes, representados por ingleses e holandeses estavam tentando vencê-lo, pelas feitorias e estabelecimentos militares, seduzidos pela matéria-prima, abundante e de fácil colheita, que transportavam para a Europa. Aquela empreitada, evidentemente, não valia como uma experiência preciosa? A presença daqueles estrangeiros tinha menos de vinte anos, quando os portugueses levantaram o fortim do Presépio (1616) e deram princípio à façanha da conquista da Amazónia. Não se contava, pois, um tempo bastante expressivo que permitisse avaliar dos resultados da empresa estranha. Postos fora pelos portugueses, que não lhes admitiram a permanência, o esforço por dominar a Amazónia e triunfar sobre a natureza e as suas multidões primitivas ia ser tarefa de portugueses. Em face, no entanto, daquelas condições peculiares ao meio, esse esforço alcançaria sucesso? A resposta seria uma resposta objectiva?

JORGE DIAS e MENDES CORRÊA, ao estudarem, para o Primeiro Colloquium Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, que reuniu em Washington, em 1950, «os elementos fundamentais da cultura portuguesa» e «a cultura portuguesa na África e no Oriente», tiveram ocasião de assinalar os aspectos que particularizaram a expansão portuguesa e permitiram a formação de um mundo estranho, poderoso e fisicamente grande como o mundo luso-tropical, que mestre GILBERTO FREYRE propôs em seus estudos de sociologia regional e ainda agora, nas páginas da *Revista de História da América* (N.º 43. México, 1953) indicou, no particular do Brasil, nos seus mais visíveis exemplos.

Escreveu JORGE DIAS: «O português adapta-se a climas, a profissões, a culturas, a idiomas e a gentes de maneira verdadeiramente excepcional»... «A capacidade de adaptação, a simpatia humana e o temperamento amoroso são a chave da colonização portuguesa. O português assimilou adaptando-se».

MENDES CORRÊA assinalou: «A expansão portuguesa assentou numa tríplice preocupação, que não exclui outras, e em que não é sempre fácil encontrar o aspecto verdadeiramente dominante: a de proselitismo religioso e assimilação, tanto quanto possível, das populações aos padrões nacionais; e da segurança e fortalecimento da acção desenvolvida pelo esforço militar e naval; e da utilização económica dos recursos dos países distantes. O sacerdote, o soldado (ou o marinheiro)

e o mercador simbolizam os agentes pessoais dessas actividades convergentes para um resultado colectivo da expansão luso-cristã».

Realmente assim foi e é. E completando-se na constatação do que representa essa poderosa manifestação de capacidade para viver em contacto com outras gentes e outras terras, em particular as dos trópicos, e no como ela se processa, os dois eminentes antropólogos assinalaram os aspectos mais ponderáveis da explicação para o êxito na expansão que os portugueses realizaram triunfando nos trópicos.

MENDES CORRÊA, detendo-se, porém, no que foi a expansão pela África e pelo Oriente, registrou um sem número de factos provados que asseguram, à sua tese vitoriosa, o lastro que lhe garante a solidez necessária. E enumerou que os portugueses levantaram: fortalezas, que lhes garantissem segurança militar; igrejas, que significassem a espiritualidade de seus propósitos; feitorias, para o tráfico de mercadores da empresa mercantil que os levava aos descobrimentos.

Fortalezas, igrejas e feitorias, significando a soberania, multiplicaram-se: nas cidades, residências, conventos, pontes, caminhos, portos, como obra material; no entendimento harmonioso com os grupos tribais ou com as sociedades avançadas que se lhes submeteram ao domínio político, como obra espiritual; na alimentação, no vestuário, na utilização do natural ou do que semeavam em vegetais e animais, como obra económica; nos usos e costumes, língua, organização social, ensino técnico, cuidados sanitários, tipos de habitação, vestuário, alimentação, que constituíram outras faces desse imenso legado português que, num inventário rápido, o antropólogo que homenageamos hoje, apresentou num estudo verdadeiramente emocionante.

Esses factos são encontráveis igualmente no Brasil, onde eles não se perderam, como sucedeu no Oriente, que passou a outras mãos. E são indicativos do êxito do processo de que se valeram os portugueses na sua obra admirável de criar novas áreas de vida para o Ocidente, de cuja civilização eram as vozes e a energia em dinâmica actuação além-mar.

Mas, no período colonial, Brasil e Amazónia constituíam porções distintas, do ponto de vista da organização político-administrativa. Nenhuma ligação havia entre as duas partes do ultramar sul-americano. Essa divisão político-administrativa resultara aliás, da evidência da existência de duas partes sensivelmente distantes entre si, distantes no físico e no cultural. Amazónia e Brasil eram partes distintas do mundo tropical sul-americano sob soberania portuguesa. Os processos,

as técnicas, em consequência, teriam sido os mesmos nas duas áreas? E no caso afirmativo, os resultados teriam sido idênticos?

No decorrer de dois séculos, os portugueses se mantiveram na Amazônia, que não estranharam senão na surpresa física que ela lhes causou, usando aquelas mesmas técnicas, mostrando-se os mesmos homens, com as mesmas aptidões. Adaptando-se às condições locais, nas suas diferenças e peculiaridades, integrando-se no meio físico, criaram padrões de vida, realizaram tipos de economia e formaram uma sociedade perfeitamente integrada na paisagem agressiva, que pretenderam domesticar.

Em mais de um trabalho, como «A Política de Portugal no vale Amazônico» e «Aspectos económicos da dominação lusitana na Amazônia», tivemos ocasião de indicar muitos dos variados aspectos do que foi essa acção. Ninguém, todavia, como ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA, principalmente no «Diário da Viagem Filosófica» que a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* publicou, soube reunir tão vasto material para análises sociográficas e antropológicas da presença portuguesa, face à multidão nativa e às características do mundo físico da Amazônia, não sendo de esquecer-se, também, a contribuição do jesuíta JOÃO DANIEL, no seu ainda inédito «Tesouro descoberto no rio máximo das Amazonas». Material que revela o êxito alcançado, os insucessos registrados, os altos e baixos, portanto. Altos e baixos, porque, na Amazônia, além do quadro físico agreste, de floresta e águas espantosamente ricas e abundantes, a multidão indígena, constituindo o fundamental, no tocante ao fundo humano, ponderava expressivamente, impondo-se em tudo. Tropeçava-se no índio por todos os cantos. Era ele a inteligência essencial para identificar as espécies da floresta e das águas, como para dirigir as expedições, vencer os obstáculos naturais, servir nas tarefas industriais do Estado, nos quefazeres domésticos, contribuir na estruturação da sociedade mestiça que se foi organizando.

Enfrentando-o, os portugueses ora venceram, ora tiveram de ceder. Foram os altos e baixos da aventura. Ceder, aceitando, identificando-se, amoldando-se, adaptando-se àqueles imperativos da cultura indígena, que ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA e JOÃO DANIEL propuseram nos conflitos com a cultura que os portugueses representavam e procuravam introduzir. Nesse conflito de cultura apresentando, assim, o mesmo admirável comportamento.

Do exame que se faça de todo o imenso documentário colectado pelos viajantes, pelos naturalistas, pelos geógrafos, pelos etnólogos, pelos

cientistas sociais ou meros observadores imediatistas, a conclusão é a de que aqueles elementos estruturais da cultura portuguesa na sua exteriorização além-mar, apontados por JORGE DIAS e MENDES CORRÊA, funcionaram perfeitamente na Amazónia.

Ainda há pouco, aliás, um antropólogo norte-americano, CHARLES WAGLAY, em livro interessantíssimo, «An Amazon Town», traduzido na Colecção Brasileira sob a denominação de «Uma Comunidade Amazónica», confirmou, através de suas observações de campo, o poder, a penetração profunda de Portugal na Amazónia. Assinalando a importância das culturas indígenas na caracterização actual da região, que lhe pareceu, e nisso está certo, marcada incisivamente por elas, nem por isso deixou de constatar que «quando o Brasil conquistou sua independência de Portugal, a população do Vale Amazónico era principalmente constituída por mestiços e o modo de vida da maioria de seus habitantes era essencialmente português, apesar de fortemente influenciado pelo ambiente peculiar da Amazónia e pelas culturas aborígenas que lá se encontraram. Formara-se uma cultura regional, fundamentalmente europeia em suas principais instituições, mas profundamente influenciada pelo ambiente típico da Amazónia e pelas culturas nativas da região». A cultura europeia a que se refere, evidentemente era a portuguesa. E as instituições que a representavam seriam, como fez ver depois, ao longo do livro, aquelas instituições de natureza política, social, económica e espiritual, nos seus aspectos mais decididamente trazidos do Ocidente pelos portugueses. A língua, por exemplo, não seria uma prova eloquente?

Na Amazónia, os portugueses repetiram a aventura do Brasil, da África e do Oriente, levantando igrejas, fortalezas, hospitais, feitorias, residências, construindo centros urbanos, semeando, colhendo, criando espécies vegetais e animais, descobrindo o espaço e as suas riquezas e a ele amoldando-se, numa vivência magnífica. Espaço que representa cerca de  $\frac{2}{3}$  do Brasil de hoje! Vejamos, todavia, num rápido registro de factos, apenas registro, para exemplificar, as fortalezas, as igrejas e os centros urbanos. As fortalezas ou estabelecimentos fortificados foram: Gurupá, Desterro, Araguay, S. Pedro Nolasco, Nossa Senhora das Neves da Barra, Macapá, Curiahú, São José, Santo António, Nossa Senhora de Nazaré de Alcobaça, Ilha dos Periquitos, Bragança, Santarém, Óbidos, São José do Rio Negro, Barcelos, São Gabriel das Cachoeiras, Marabitanas, São Joaquim do Rio Branco, São Francisco Xavier de Tabatinga, Príncipe da Beira.

As igrejas levantadas em Belém, Bragança, Cintra, Vila Nova del

Rey, Colares, Conde, Beja, Chaves, Porto de Moz, Pombal, Veiros, Souzel, Arrayolos, Penha Longa, Benfica, Barcarena, Vilar, Ponta de Pedras, Mondim, Condeixa, Rebordelo, Azevedo, Cametá, Baião, Vilarinho do Monte, Espozende, Almeirim, Boim, Vila Franca, Pinhel, Óbidos, Faro, S. Francisco Xavier de Turiassú, Serzedelo, Peria, São Bento do Capim, Santarém Novo, Carrazedo, Cajari, Penacova, Mazagão, Vila Vistoza, Aveiro, Monte Alegre, Santarém, Ourém, Bragança, Gurupá, Juriti, Outeiro, Airão, Alvaraens, Alvelos, Barcelos, Lugar da Barra (hoje Manaus), Borba, Canumá, Vila Nova da Rainha, Silves, Serpa, Maués, Ega, Fonte Boa, Imaripú, São Paulo de Olivença, São João do Príncipe, São João do Crato, Santa Izabel, São Joaquim, São Gabriel, Tomar, Tabatinga, Carvoeiro, Lamalonga, Moreira, Poiares, Nogueira, Marabitanas.

Muitos desses templos, é de assinalar-se, apresentando sumptuosidade, como, em Belém, a Catedral, e as igrejas do Carmo, Santo Alexandre, Santo António, Santana, Mercês. E em Monte Alegre, a respectiva Matriz. Todos os monumentos architectónicos que a Directoria do Património Histórico e Artístico do Brasil já inscreveu em seu livro de tombo como obras de arte que enriquecem o património cultural do país.

Os núcleos urbanos eram justamente aqueles onde se haviam erigido aquelas igrejas. Estabelecidos pelos Religiosos das várias Ordens que trabalhavam na Amazónia (Companhia de Jesus, Franciscanos da Provincia de Santo António, Mercedários, Carmelitas, Franciscanos da Beira e Minho, Franciscanos da Piedade), graduados na condição de vila ou povoados quando Pombal promoveu a política de dispensa da cooperação da Igreja — ou resultando de fundações realizadas pelas autoridades civis e militares, constituem, ainda nos dias actuais, o fundamento urbano demográfico da região, como raiz de sua rede municipal.

É conveniente não esquecer que todo o esforço português na Amazónia foi realizado por pequenos grupos vindos do Reino. Jamais ocorreu a imigração quantitativa, que se verificou com relação a Minas Gerais. Tentei um inventário preliminar, faz alguns anos, num ensaio sobre «Casas, Soldados e Degregados na Colonização da Amazónia», que revelou a exiguidade da contribuição numérica dos emigrantes portugueses entre 1616 e 1823, quando ocorreu a incorporação ao Império Brasileiro nascente. Contribuição minguada que eles souberam suprir na mestiçagem que promoveram com a mulher da terra e lhes asseguraria a plenitude do sucesso obtido.

A presença portuguesa na Amazónia, no decorrer de dois séculos,

foi, pois, uma presença em que aqueles elementos estruturais de sua cultura, na sua expansão além-mar, como dissemos atrás, não perderam significação. Antes, revelaram-se em perfeito funcionamento, numa esplêndida contribuição para a obra de integração no quadro unificado do Império. A Amazónia era mundo tropical. Os portugueses, povo para os trópicos, nela souberam instalar-se sem desistências comprometedoras e com êxitos visíveis.